



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

CONTRATO Nº ____/2026 PMBC

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE E A EMPRESA XXXXXX, DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025 E DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2025/PMBC.

O MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.128.863/0001-90, com sede à Avenida Moisés Gomes Pereira, nº 16, Bairro Centro, na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AIRTON SAMPAIO MARTINS**, brasileiro, casado, portador do RG: 489.*** SSP/SE, CPF nº 236.***.***-25, e, do outro lado, a empresa -----, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ***.***.***/*-**, estabelecida na XXXXXXXXXXXX, nº XX, XXX, na cidade de XXX, XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXX**, inscrito no CPF nº XXXX, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº _____, decorrente da Concorrência Eletrônica nº _____, com base na legislação em vigor e nas cláusulas a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (Art. 92, I da Lei nº 14.133/2021)

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos no Município de Barra dos Coqueiros/SE, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no edital do Concorrência Eletrônica nº ____/2025/PMBC e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, assim dispondo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	Quantidade Mensal (estimada)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	XXX	XXX	TON	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

02	XXX	XXX	TON	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
03	XXX	XXX	KM DE GUIA	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
04	XXX	XXX	HORA	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
05	XXX	XXX	KM DE GUIA	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
06	XXX	XXX	UND	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
07	XXX	XXX	HORA	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
08	XXX	XXX	HORA	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
09	XXX	XXX	KM DE GUIA	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
10	XXX	XXX	TON	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
TOTAL MENSAL ESTIMADO						R\$ XXX,XX
TOTAL ESTIMADO PARA 06 MESES						R\$ XXX,XX

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO (Art. 92, II da Lei nº 14.133/2021)

2.1. O presente contrato vincula-se em sua plenitude aos ditames do Termo de Referência, do edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2025/PMBC, da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, bem como ao Processo Administrativo nº ____/2025.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2025/PMBC e seus anexos;

2.2.3. A proposta da **CONTRATADA**; e

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO (Art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

3.1. O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes à matéria, e será regido pelos princípios norteadores do Direito Administrativo e Constitucional.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO (Art. 92, IV da Lei nº 14.133/2021)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

4.1. A execução do objeto dar-se-á em conformidade com as especificações, condições, prazos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, no edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2025/PMBC e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que integram este instrumento para todos os fins.

4.2. O regime de execução adotado é o de empreitada por preço global, compreendendo a prestação dos serviços por preço certo e total, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, insumos, equipamentos, transporte e demais despesas correlatas.

4.3. A execução dos serviços será indireta, cabendo à **CONTRATADA** a integral responsabilidade pela sua realização, inclusive quanto à disponibilização de pessoal qualificado, materiais, equipamentos e atendimento às normas técnicas, ambientais, de segurança e de saúde do trabalho aplicáveis.

4.4. A **CONTRATADA** deverá observar rigorosamente os prazos, rotinas, itinerários, frequências e demais condições operacionais definidas no Termo de Referência, responsabilizando-se pela continuidade e regularidade dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.

4.5. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá dirimir dúvidas e verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO (Art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Pela execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ XXX.XXX,XX (XXXX), conforme proposta apresentada, já incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução dos serviços, tais como mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, insumos, equipamentos, transporte, tributos, taxas, seguros e demais despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS**

5.2. O valor contratual não será reajustado durante o prazo inferior a 12 (doze) meses, admitindo-se, contudo, a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente.

5.3. Eventuais alterações contratuais que impliquem acréscimos ou supressões quantitativas do objeto deverão observar os limites e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

5.4. Os valores acima são meramente estimativos, sendo o pagamento condicionado aos serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS E DA PERIODICIDADE DE PAGAMENTO (Art. 92, VI da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da documentação fiscal devidamente atestada e protocolada no setor competente da **CONTRATANTE**.

6.2. O pagamento será realizado de acordo com a efetiva prestação dos serviços, no valor correspondente aos serviços comprovadamente executados, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) devidamente atestada(s) pelo fiscal do contrato;
- b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mediante apresentação de certidões válidas junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3. Os documentos de cobrança deverão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros/SE e, após a devida conferência, atesto pelo fiscal do contrato e aprovação pela autoridade competente, serão encaminhados ao setor financeiro para liquidação da despesa e inclusão na ordem cronológica de pagamentos.

6.4. O pagamento das obrigações decorrentes deste contrato observará a ordem cronológica de exigibilidade das despesas, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

6.5. A alteração da ordem cronológica de pagamentos somente poderá ocorrer mediante prévia justificativa da autoridade competente, com posterior comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas competente, nas hipóteses legalmente previstas.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização monetária.

6.7. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regular execução dos serviços, mediante atesto do fiscal do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA (Art. 92, VII da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O prazo de vigência do presente contrato será aquele estabelecido no instrumento convocatório e em seus anexos, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Tratando-se de serviço de natureza contínua, a vigência contratual poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, conforme previsto na legislação vigente.

7.3. A prorrogação contratual ficará condicionada à manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, à existência de dotação orçamentária e à avaliação favorável da Administração quanto à execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

8.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, conforme classificação abaixo indicada, com saldo suficiente para atender às obrigações assumidas:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

8.2. Para os exercícios financeiros subsequentes, as despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos, ficando a **CONTRATANTE** obrigada a promover os empenhos necessários à sua cobertura.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Art. 92, XI da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, poderão ser concedidos reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, desde que observados os requisitos legais e contratuais aplicáveis.

9.2. O reajuste de preços, quando cabível, será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base definida no edital ou na proposta, mediante aplicação de índice oficial previamente estabelecido no instrumento convocatório.

9.3. A repactuação poderá ser admitida nos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que demonstrada a variação dos custos decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, observados os critérios legais.

9.4. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, a pedido da parte interessada, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como nos casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, que impactem significativamente os custos do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.5. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente instruído com documentos que comprovem a efetiva variação dos custos, cabendo à Administração a análise e decisão no prazo razoável, observados os princípios da eficiência e da motivação dos atos administrativos.

9.6. Os efeitos financeiros decorrentes do deferimento do pedido de recomposição serão aplicados a partir da data do protocolo do requerimento, ressalvada disposição legal ou entendimento diverso devidamente fundamentado pela Administração.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

Parágrafo único. Os pedidos de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser formulados durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES
(Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

10.1. Incumbe à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento nas condições, valores e prazos pactuados neste contrato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de representante designado, nos termos da legislação aplicável;
- c) Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando as providências necessárias à sua regularização;
- d) Emitir atestado de capacidade técnica referente aos serviços prestados, quando solicitado pela **CONTRATADA**, desde que cumpridas as obrigações contratuais;
- e) Garantir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências, quando necessário à execução dos serviços;
- f) Prestar as informações e fornecer os documentos necessários à execução do objeto, dentro dos prazos estabelecidos.

10.2. Incumbe à CONTRATADA:

- a) Executar os serviços objeto deste contrato com observância das especificações constantes na Cláusula Primeira, no Termo de Referência, no edital e em sua proposta;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- c) Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, sendo a única responsável pelos encargos decorrentes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

- e) Alocar todos os recursos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra qualificada, materiais, equipamentos e insumos, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**;
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- g) Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, promovendo o devido ressarcimento;
- h) Responsabilizar-se por eventuais multas e sanções administrativas decorrentes de infrações cometidas durante a execução contratual;
- i) Garantir a qualidade dos serviços prestados, observando os prazos, condições e padrões estabelecidos;
- j) Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, bem como documentos relativos à execução dos serviços;
- k) Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do contrato, nem subcontratar sua execução, salvo nos casos expressamente autorizados pela Administração;
- l) Observar as normas técnicas, ambientais, de segurança e saúde do trabalho aplicáveis à execução dos serviços;
- m) Disponibilizar profissionais devidamente habilitados, quando exigido, responsabilizando-se pelas respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART) junto ao CREA, se aplicável;
- n) Apresentar relatórios operacionais e demais documentos técnicos que venham a ser exigidos pela **CONTRATANTE**;
- o) Cumprir todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (Art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

11.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, em especial nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais por quaisquer das partes, observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

11.2. A extinção do contrato poderá ocorrer nas seguintes formas, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021:

- I – por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III – por decisão arbitral, quando houver cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.3. A extinção unilateral do contrato por parte da Administração deverá ser precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, quando exigidos pela legislação aplicável.

11.4. Nos casos de extinção contratual, poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, quando cabível.

Parágrafo único. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser previamente autorizadas pela autoridade competente, mediante decisão devidamente motivada, e formalizadas por termo próprio no respectivo processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
(Art. 92, XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados por meio de Portaria, ou pelos respectivos substitutos, aos quais competirá verificar o fiel cumprimento das disposições contratuais.

12.2. É facultada à Administração a contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização do contrato, com o objetivo de subsidiar tecnicamente a atuação dos fiscais, sem prejuízo de suas responsabilidades legais.

12.3. O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos verificados, bem como comunicando, em tempo hábil, à autoridade competente, as situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

12.4. A Administração designará, ainda, gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, cabendo-lhe coordenar a atuação dos fiscais, adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento do contrato e zelar pela observância das condições pactuadas.

12.5. A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

12.6. A atuação do gestor e dos fiscais do contrato deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, podendo resultar na aplicação de notificações, determinações e, quando for o caso, na instauração de procedimentos para apuração de responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS E CONFIDENCIALIDADE (Lei nº 13.709/2018)

13.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), obrigando-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução deste contrato de forma lícita, adequada, transparente e segura, observando os princípios e as bases legais aplicáveis.

13.2. A **CONTRATADA** deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e dados sensíveis contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

13.3. A **CONTRATADA** compromete-se a manter o mais absoluto sigilo sobre todas as informações e dados a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, não podendo utilizá-los para finalidade diversa da execução do objeto contratado, nem divulgá-los a terceiros, salvo mediante autorização expressa da **CONTRATANTE** ou por exigência legal.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

13.4. O dever de confidencialidade abrange todas as informações de natureza técnica, operacional, comercial, financeira ou estratégica, inclusive aquelas consideradas sigilosas pela Administração Pública, não se limitando aos dados pessoais.

13.5. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados, a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, adotando todas as providências necessárias para mitigar os efeitos do evento, nos termos da legislação aplicável.

13.6. O dever de sigilo e confidencialidade previsto nesta cláusula subsistirá mesmo após o término da vigência do contrato, por prazo indeterminado, enquanto perdurar o caráter sigiloso das informações.

13.7. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil e penal, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO (Art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021)

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

14.2. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito legal, na presença de testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Barra dos Coqueiros (SE), xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

CONTRATANTE



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

MANUTENÇÃO